SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/07/2015 - Instituto Telecom

Dados abertos: quem pagará o custo pela guarda e o uso das informações?

Se dados são o novo petróleo, o principal detentor de informações sobre qualquer sociedade, o governo, deve saber gerir e oferecê-los – defende o maior gestor de dados de caráter social na administração federal, o presidente da Dataprev, Rodrigo Assumpção.

"Dados geográficos e sociais, dados de registro civil, dados biométricos são o arcabouço básico de uma sociedade hoje. Evoluir no século 21 sem ter essas coisas estruturadas e disponíveis para a sociedade me parece cada vez mais impossível. Mas ninguém, nenhum país está preparado para isso', diz Assumpção.

Essa preparação passa pela organização – e o próprio conhecimento – dos dados já existentes, como os cadastros de emprego e previdência, no caso específico da Dataprev, onde a indexação da base já começou. Quando tal organização estiver pronta e os dados do governo em geral acessíveis, vem o passo seguinte: quem sustenta os custos dessa oferta.

"A Inglaterra, que é o país mais adiantado nesse tema, encontrou custos extraordinários e está fazendo neste momento a discussão de quem paga. Aqui também já sabemos que essas coisas têm custo e alguém vai pagar", emenda o presidente da estatal. Como lembra Assumpção, tanto pode ser o governo, pelos impostos, ou a cobrança pelo uso.

09/07/2015 - Telesíntese

Operadoras vão pagar pesquisa da Anatel de satisfação do usuário

O conselho diretor da Anatel aprovou hoje ,9, o Regulamento para Aferir o Grau de Satisfação e Qualidade Percebida dos Usuários dos quatro principais serviços de Telecom: celular, banda larga, TV por assinatura e telefonia fixa.

Conforme o regulamento aprovado, a pesquisa deverá seguir o manual de procedimentos – que vai indicar como a pesquisa deverá ser feita – que está em consulta pública, que termina amanhã, 10. Mas a conta será paga pelas operadoras de telecomunicações desses quatro segmentos. A empresa a ser contratada para fazer a pesquisa de opinião deverá ser escolhida mediante o procedimento conhecido como RFP (request for proposal) ,quando se seleciona no mercado a empresa de pesquisa de opinião a ser contratada pelas operadoras.

A expectativa da Anatel é fazer a pesquisa ainda este ano. Para o presidente da Anatel, João Rezende, este regulamento unifica vários indicadores de diferentes serviços e melhorou os critérios a serem apurado, além de assegurar, a partir de agora, a periodicidade da pesquisa dentro da agenda regulatória da Anatel. "É um passo importante para acompanhar a visão do usuário sobre os serviços prestados".

Conforme Marcelo Bechara, relator do regulamento, a pesquisa junto aos consumidores empresariais ainda terá que passar por uma avaliação de como será realizada. A princípio, a Anatel vai ouvir primeiro a opinião dos usuários finais, pessoas físicas.

Segundo o conselheiro Igor de Freitas, o intervalo de confiança da pesquisa exigido será de 95% com margem de erro de 5% .

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/07/2015 - Telesíntese

Brics reforçam parceria em Telecom

Os ministros das comunicações dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) farão encontros periódicos de maneira permanente.

Os ministros das comunicações dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) farão encontros periódicos de maneira permanente para trocar experiências, discutir acordos de interesse mútuo e atrair investimentos.

A decisão foi selada nesta quinta-feira (9), com a aprovação do Plano de Ação de Ufá, na Rússia, onde os presidentes dos países do bloco estão reunidos para a 7ª Cúpula dos Brics. A presidenta Dilma Rousseff participa do encontro.

"Essa medida é muito importante porque aprofunda nossa articulação no setor de comunicações, envolvendo tecnologia da informação, internet, infraestrutura e outras diversas áreas", explica Murilo Komniski, assessor internacional do Ministério das Comunicações.

O espaço de discussão também é fruto do trabalho de articulação do MiniCom com os Brics, sobretudo com Moscou. Em abril deste ano, o ministro Ricardo Berzoini recebeu em Brasília uma delegação chefiada pelo ministro das Comunicações da Rússia; dois meses depois, o secretário-executivo Luiz Azevedo se reuniu com empresários russos em São Petersburgo.

08/07/2015 - Telesíntese

Empresário quer 70 milhões de euros da Oi por venda da PT

O empresário Hernâni Vaz Antunes quer receber 70 milhões de euros da Oi, alegando que participou da venda da Portugal Telecom para a Altice.

O empresário Hernâni Vaz Antunes entrou com uma cautelar na justiça portuguesa, com pedido de arresto à b Oi, alegando que lhe são devidos 70 milhões de euros, pela intermediação do negócio de venda da Portugal Telecom, a PT, à francesa Altice. O valor corresponde a 1% do total da venda.

A 1ª seção do tribunal cível de Lisboa analisa o pedido de arresto. Hernâni Vaz Antunes, publicamente apresentado como braço direito da Armando Pereira, acionista da Altice, diz ter feito um acordo com que previa a comissão de 1%, através de uma empresa sua, sediada no Dubai, a Jana Trading.

Fontes da Oi ouvidas pelas agências internacionais informam, porém, que não há qualquer documento que comprove o acordo alegado pelo empresário. E há quem especule que a proximidade do empresário com o acionista da Altice pode ser um recado do comprador da PT para tentar baixar o preço de compra, que ainda falta pagar 500 milhões de euros.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/07/2015 - Carta Maior

Senado retira urgência do PL de Serra que entrega pré-sal às multinacionais

Uma vitória dos movimentos sociais e senadores progressistas que batalharam para impedir que a riqueza do petróleo fosse para as multinacionais.

O plenário do Senado decidiu, na noite desta quarta (8), derrubar o caráter de urgência da tramitação do projeto de Lei (PL) 131/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), que propõe retirar da lei a obrigatoriedade de que a estatal Petrobrás seja a operadora única do pré-sal.

Uma vitória dos movimentos sociais e senadores progressistas que, articulados, realizaram, nos últimos dois dias, uma verdadeira batalha para impedir que, no afogadilho, os senadores acabassem permitindo que o petróleo brasileiro viesse a gerar riquezas não para o povo do país, mas para as grandes multinacionais.

Embora a intenção do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) fosse colocar o projeto em votação na noite de ontem, um requerimento assinado por 49 dos 81 senadores, articulado sob a pressão dos movimentos sociais, reivindicou a criação de uma Comissão Especial destinada a debater melhor a proposta polêmica.

Com a maioria dos votos já configurada em favor da proposta, até mesmo José Serra aceitou a criação da comissão, que terá 27 membros e prazo de 45 dias para apresentar parecer sobre o tema. Os membros serão indicados pelos partidos políticos e deverão ouvir especialistas, governo e diretores da Petrobras.

Um dos articuladores do requerimento, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que, durante a tarde, a bancada do seu partido se posicionou favorável à retirada do caráter de urgência, mas o presidente do Senado continuou insistindo em colocá-lo em pauta a qualquer custo. "O Renan fechou um acordo com o relator da matéria, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), para aprovar esse absurdo", denunciou.

Requião criticou duramente o colega de partido, Ricardo Ferraço, que, na avaliação dele, não só defende a aprovação do projeto tucano no seu parecer, como ainda propõe que a decisão sobre quais poços devem ser operados ou não pelas multinacionais estrangeiras fique a cargo do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), um mero órgão de assessoramento do presidente da República.

"O CNPE não é órgão deliberativo. Não representa ninguém. O Congresso não pode abrir mão de legislar sobre este tema importante. O substitutivo do Ferraço piora ainda mais o projeto do Serra", defendeu o senador.

Coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, comemorou a vitória. "Nós viramos o placar", afirmou. Na avaliação dele, com mais tempo para o debate, os senadores irão rechaçar o projeto. "O principal argumento do Serra e dos defensores do projeto dele é que a Petrobrás não tem recursos em caixa para arcar com o pré-sal. Para quem não conhece a geopolítica do petróleo, é um discurso que soa bem, principalmente porque a empresa está envolvida em várias denúncias de corrupção. Mas esse discurso não está correto", esclarece.

Conforme o sindicalista, a legislação atual não impõe que a Petrobrás seja obrigada a fazer grandes investimentos no caso de abertura de um novo leilão. "As pessoas têm em mente o valor que a empresa investiu no último leilão, o do campo de Libras, que foi de R$ 15 bilhões. Mas pode ter um leilão que vise maior retorno de óleo, por exemplo. Outro aspecto é que o Brasil não precisa de outro leilão agora. Nós já temos o do campo de Libras, temos reservas suficientes para isso. E, além disso, entre a fase da contratação, que é o leilão, até a de produção, que é a que exige maior investimentos, nós temos seis, sete anos", justifica.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

A posição dúbia do governo

A articulação das forças progressistas contou com um forte aliado do governo Dilma: o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro que, durante audiência pública no Senado, pela manhã, criticou a proposta de Serra. Segundo ele, se aprovado, o projeto reduzirá os recursos para a saúde e para a educação, conforme previsto na legislação atual.

"Tudo o que pudermos ter de orçamento, que não provenha de tributação, é bem-vindo. É importante que aquilo que demorou bilhões de anos para ser constituído [petróleo] não seja queimado à toa e construa estruturas permanentes", afirmou o ministro.

A posição do ministro da Educação, entretanto, não é consenso no governo Dilma. O próprio Serra, na defesa que fez do seu projeto, justificou que a diretoria da Petrobrás já se manifestou favorável a proposta. "O plano apresentado por esta diretoria é uma vergonha. A presidenta colocou pessoas do mercado que estão esquecendo que a Petrobrás é patrimônio do Brasil. Essa diretoria é tão ruim quanto a outra, a dos ladrões", rebateu Requião.

Para o senador, o perigo maior é que o governo queira vender petróleo para fazer superávit primário. "Se nós bobearmos, a riqueza do pré-sal vai inteira para sustentar este ajuste fiscal, porque o aperto está ficando cada vez maior com essa recessão e o governo não tem mais de onde tirar dinheiro. Eu temo que a próxima proposta do Serra seja entregar a Amazônia porque nós não teremos mais condições de sustentá-la", ironizou.

O coordenador-geral da FUP também cobrou da diretoria da Petrobrás uma postura mais pró-ativa em defesa da estatal. Para ele, plano de trabalho anunciado, que reduz os investimentos em cerca de 40%, reforça a tese dos defensores do PL 131/2015 de que a empresa não tem alavancagem suficiente para investir na operação do pré-sal. "O plano depõe contra a própria empresa", denunciou.

O sindicalista argumenta que qualquer empresa do mundo quer operar o pré-sal e não faz sentido algum a diretoria da Petrobrás abrir mão dessa prerrogativa. "A atual diretoria da Petrobrás tem sido uma das grandes aliadas do Serra, o que é uma loucura, porque vem para as audiências públicas e simplesmente diz que vai cumprir a lei, seja ela qual for. E qual empresa do mundo não quer operar o pré-sal? A Shell acaba de comprar a BG por US$ 70 bilhões de dólares só para ser parceira da Petrobrás no pré-sal e a Petrobrás fica pedalando? Nós queremos que a empresa questione este projeto e reafirme que tem competência para cumprir a lei da partilha já aprovada", aponta.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/07/2015 - CUT

Maiores empresas de petróleo e gás do mundo são estatais...

...e isso significa muito no momento em que o Brasil discute entregar o pré-sal

Qual é a maior empresa de petróleo do mundo? A Exxon? A Shell? A Chevron? A BP?

Nenhuma delas.

As maiores empresas de petróleo e gás do mundo são estatais - as chamadas national oil companies (NOCs).

Entre elas, estão a Saudi Aramco (Arábia Saudita), a NIOC (Irã), a KPC (Kuwait), a ADNOC (Abu Dhabi), a Gazprom (Rússia), a CNPC (China), a PDVSA (Venezuela), a Statoil (Noruega), a Petronas (Malásia), a NNPC (Nigéria), a Sonangol (Angola), a Pemex (México) e a Petrobras.

Numa estimativa conservadora, feita em 2008, antes do pré-sal ser bem conhecido, as NOCs já dominavam 73% das reservas provadas de petróleo do mundo e respondiam por 61% da produção de óleo. Segundo a Agência Internacional de Energia, a tendência é a de que as NOCs sejam responsáveis por 80% da produção adicional de petróleo e gás até 2030, pois elas dominam as reservas.

Nem sempre foi assim.

Até 1970, as chamadas international oil companies (IOCs), as grandes multinacionais, as Sete Irmãs, dominavam inteiramente 85% das reservas mundiais de petróleo. Outros 14% das jazidas eram dominados por empresas privadas menores e as NOCs tinham acesso a apenas 1% das reservas. As estatais que existiam na época, como a YPF (Argentina) a Pemex (México), a Petrobras e a PDVSA, não tinham a menor influência real nesse mercado.

As IOCs faziam o que bem entendiam.

Ditavam a produção e o preço do petróleo e derivados no mundo, sempre com a perspectiva de curto prazo de obter o maior lucro possível e remunerar acionistas. Fortemente verticalizadas, as Sete Irmãs se encarregavam da pesquisa, da prospecção, da produção, do refino e da distribuição. Conteúdo nacional? Só o suor de trabalhadores locais de baixa qualificação. Tudo isso começou a mudar ao final da década de 1960.

O nacionalismo árabe, de inspiração nasserista, incitou uma onda de nacionalização do petróleo, que se iniciou na Argélia, em 1967, e na Líbia de Khadafi (o ódio do Ocidente a Khadafi não era gratuito), em 1969 e 1970. Tal onda nacionalizante se estendeu rapidamente por todo o Oriente Médio, no início da década de 1970. Governos nacionalizaram jazidas e expropriaram ativos das multinacionais para criar as suas próprias companhias de petróleo.

Em 1972, Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e Iraque, onde estavam as principais reservas mundiais, já tinham iniciado esses processos. Isso mudou inteiramente o mercado do petróleo.

Os governos passaram a se apropriar de uma renda muito maior da cadeia do óleo, até mesmo porque descobriram que as IOCs escondiam deles os reais custos de produção, reduzindo artificialmente a remuneração devida aos países. E os Estados, não as Sete Irmãs, começaram a ditar o ritmo da produção e da comercialização do petróleo, não mais com a perspectiva de obter o máximo de dividendos no curto prazo, mas com o objetivo estratégico de maximizar o uso de um recurso natural finito e não renovável.

No âmbito internacional, esse novo domínio estatal permitiu que os países produtores, reunidos na OPEP, passassem a influenciar efetivamente o preço do petróleo, que se transformou numa commodity mundial.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Em 1973, após a Guerra do Yom Kippur entre árabes e israelenses, os países árabes impuseram um embargo aos EUA, à Europa e ao Japão, que apoiaram Israel, o qual fez disparar os preços do óleo no mundo. Foi o primeiro choque do petróleo, o qual teria sido impossível de realizar num mercado governado apenas pelos interesses das grandes multinacionais. Ao longo da década de 70, o domínio estratégico dos Estados sobre o petróleo cresceu com a ampliação e a sedimentação dos processos de nacionalização das reservas, a criação de grandes companhias estatais e o fortalecimento das já existentes.

Significativamente, a onda privatizante que verificou no mundo todo nos anos 80 e 90, sob o paradigma do neoliberalismo, não afetou, de modo substancial, o domínio estatal sobre a cadeia do petróleo.

Houve alguns episódios de privatizações totais ou parciais, especialmente na América Latina e no Leste europeu. Na Argentina, por exemplo, ocorreu a privatização da YPF, a segunda estatal do petróleo a ser criada, em 1928. No Brasil, a Petrobras teve o seu capital aberto na Bolsa de Nova Iorque. Na Rússia, alguns setores da indústria de hidrocarbonetos foram também privatizados.

Contudo, o aumento dos preços do petróleo ocorrido a partir do início deste século provocou nova onda de nacionalizações e de criação de estatais. Na Rússia, Putin reverteu as privatizações, conformando uma poderosíssima Gazprom. O mesmo ocorreu em países da Ásia Central, como o Azerbaijão e o Uzbequistão. Na Bolívia, o governo Morales nacionalizou as jazidas de hidrocarbonetos. Na Argentina, o governo Kirchner desapropriou a Repsol, que havia se apossado dos despojos da YPF.

Essa tendência praticamente mundial ao controle estatal do petróleo não ocorre por acaso. No estudo de mais de mil páginas intitulado Oil and Governance: State-owned Enterprises and the World Energy Supply, publicado em 2012 pela Cambridge Press e que analisa a experiência de 15 grandes NOCs (inclusive a Petrobras), os organizadores mencionam algumas fortes razões para o surgimento e a persistência dessa tendência. Há, é óbvio, motivos políticos, como o apelo do nacionalismo e a conveniência de obter ganhos geopolíticos com o controle efetivo e direto de bens sensíveis e estratégicos como os hidrocarbonetos, como faz a Rússia, por exemplo.

Mas há também razões vinculadas estritamente à racionalidade econômica de longo prazo. O controle direto das jazidas e da produção do petróleo permitiria, com maior facilidade:

1) Influenciar o preço dos hidrocarbonetos no mercado interno, conferindo, se necessário, subsídios em energia ao setor produtivo.

2) Instaurar políticas de conteúdo nacional, que se aproveitem das oportunidades e sinergias criadas pela produção de hidrocarbonetos para criar uma longa cadeia nacional do petróleo, estimulando indústrias e o setor de serviços.

3) Ditar o ritmo de exploração das reservas e de comercialização do óleo, conforme o interesse nacional e dentro de uma visão estratégica de aproveitar ao máximo a existência de um recurso natural finito e não renovável.

4) Gerar e obter informações detalhadas sobre as jazidas de óleo e gás, seu potencial e seus custos de exploração.

5) Desenvolver tecnologia própria relativa à cadeia dos hidrocarbonetos.

Alguns podem argumentar que pelo menos parte desses objetivos poderia ser alcançada sem a participação necessária de uma NOC. Em tese, um bom modelo regulador tornaria possível a consecução desses objetivos estratégicos e de longo prazo sem a participação direta de uma estatal como grande operadora das jazidas.

A experiência internacional demonstra, contudo, que isso é muito difícil.

No estudo mencionado, entre as 15 grandes NOCs analisadas, somente 2 não são grandes operadoras: a NNPC, da Nigéria, e a Sonangol, de Angola. Essas grandes companhias africanas desempenham funções básicas de regulação e não têm capacidade técnica de operar na prospecção e na produção dos hidrocarbonetos.

No caso da Nigéria, a análise mostra que o país não consegue controlar a contento seu setor petrolífero, base da economia nigeriana. As grandes companhias multinacionais que lá atuam dominam inteiramente a produção e a prospecção e remuneram o Estado com base em suas próprias informações sobre custos e volume produzido.

Leia mais em:
http://cut.org.br/noticias/maiores-empresas-de-petroleo-e--gas-do-mundo-sao-estatais-bf25/

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/07/2015 - Correio do Brasil

Mais Médicos atendeu 63 milhões de pessoas em dois anos

Criado para enfrentar o problema histórico da falta de médicos no Brasil e principalmente nas regiões mais carentes, o Programa Mais Médicos atualmente garante assistência à saúde de 63 milhões de pessoas, em 72,8% dos municípios brasileiros e em 34 distritos indígenas.

No total, são 18.240 médicos em 4.058 municípios (72,8% das cidades brasileiras) e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

Além de levar médicos para Unidades Básicas de Saúde (UBS) do interior e periferias das grandes cidades, o programa também desenvolve medidas de caráter permanente, em conjunto com o Ministério da Educação, para ampliar a oferta de vagas de graduação em Medicina e universalizar a residência médica, que vai garantir, gradualmente, cada vez mais médicos e especialistas atuando no País. O governo federal quer criar, até 2017, 11,5 mil novas vagas de graduação em Medicina e 12,4 mil de residência médica até 2018. Já foram autorizadas 4.680 novas vagas de graduação, sendo 1.343 em universidades públicas e 3.337 vagas em instituições privadas.

A meta do Ministério da Saúde é atingir em 2026 o índice de 2,7 médicos por mil habitantes, o mesmo número do Reino Unido que, depois do Brasil, tem o maior sistema de saúde público de caráter universal.

O Mais Médicos é uma das ações do Ministério da Saúde para promover a melhoria do atendimento da Atenção Básica, na qual estão inseridos os postos de saúde e as equipes do saúde da família. De acordo com o ministério, a Atenção Básica é capaz de resolver 80% dos problemas de saúde da população sem necessidade de encaminhamento a hospitais.

Uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde apontou que 93% dos médicos brasileiros estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a participação no programa. O levantamento foi feito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe). Ao todo, foram realizadas 391 entrevistas nas cinco regiões do País com médicos do programa, no período de 17 a 23 de novembro de 2014.

Pela pesquisa, 90% dos profissionais com CRM Brasil responderam que indicariam a participação para outros médicos. O contentamento com a supervisão também foi alto. Os médicos deram, em média, nota 9,3 para seu relacionamento com o supervisor. O interesse desses profissionais se refletiu na seleção para o programa este ano.

Do total de 4.139 oportunidades apresentadas nos editais de 2015 (em 1.289 municípios e 12 DSEI), 3.752 foram ocupadas por médicos com CRM Brasil. Para ocupar as vagas restantes, foram selecionados outros 387 médicos brasileiros que se formaram no Exterior. Eles já começaram a trabalhar em 238 municípios e 10 distritos indígenas esta semana.

Satisfação da população

Para a população beneficiada pelo Mais Médicos, o programa melhorou o atendimento e o acesso à saúde. Pela pesquisa feita pela UFMG e Ipespe, 85% disseram que a qualidade do atendimento médico está melhor ou muito melhor após a chegada dos profissionais do programa. Para 87%, a atenção do profissional durante a consulta melhorou e 82% afirmaram que as consultas passaram a resolver melhor os seus problemas de saúde. Foram entrevistados 14 mil pessoas entre novembro e dezembro de 2014 em 699 municípios atendidos pela iniciativa.

Ao avaliar os serviços de saúde, as pessoas entrevistadas apontaram, de forma espontânea, que o número de consultas (41%), o fato dos médicos estarem mais atenciosos (35%) e o tempo maior de consulta (8%) foram os fatores que contribuíram para a melhoria no serviço. Já sobre os pontos positivos promovidos pelo programa, 60% destacaram a presença constante do médico e o cumprimento da carga horária e 46% disseram que o acesso às consultas melhorou.

A pesquisa também mostrou os pontos que a população considera que deverão ser aperfeiçoados: falta de especialistas (63% destacaram este ponto) e acesso mais rápido aos exames (45%). Ao atribuir uma nota ao programa, a população apontou 9,0. Já os gestores classificaram com a nota 8,7 e os próprios médicos, 9,1.

9/7/2015 - Correio do Brasil

FMI reduz projeção de crescimento global em 2015

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu nesta quinta-feira sua previsão para o crescimento econômico global em 2015 para considerar o impacto da fraqueza recente nos Estados Unidos, enquanto piorou sua projeção para o Brasil, passando a ver uma contração na economia de 1,5% este ano.

Para o Brasil, em particular, o FMI ajustou sua estimativa para o recuo na economia a 1,5% em 2015

Mas a instituição financeira global disse que as perspectivas de crescimento para o mundo no próximo ano permanecem intactas, apesar da crise da dívida da Grécia e recente volatilidade nos mercados financeiros chineses.

Para o Brasil, em particular, o FMI ajustou sua estimativa para o recuo na economia a 1,5% em 2015, ante 1,0 % antes. Para o ano que vem, a entidade também passou a ver um crescimento mais modesto para o país, de 0,7% contra projeção anterior de 1,0%.

Já para a economia global, o FMI disse em uma atualização do seu relatório World Economic Outlook que a expansão este ano deverá ser de 3,3% este ano, 0,2 ponto percentual abaixo do previsto em abril. O crescimento deve acelerar para 3,8% no próximo ano, disse a entidade, percentual inalterado em relação à previsão anterior.

Em nota, a entidade assinalou que o crescimento nos mercados emergentes deve desacelerar de 4,6% em 2014 para 4,2% este ano, fundamentalmente impactado pela queda no preço de commodities e condições mais apertadas de financiamento externo, particularmente na América Latina, citando nominalmente o Brasil.

Para justificar a projeção reduzida para o crescimento global neste ano, o FMI atribuiu boa parte da culpa à projeção para os Estados Unidos. A economia norte-americana sofreu contração no primeiro trimestre, impactada por nevascas excepcionalmente pesadas, um dólar ressurgente e paradas nos portos da Costa Oeste.

O FMI disse que espera que a economia dos EUA cresça 2,5% este ano. O FMI havia reduzido a estimativa para os EUA no mês passado ante 3,1% em abril. O FMI também disse que a lentidão econômica nos EUA irá afetar Canadá e México.

"(Mas) a fraqueza inesperada na América do Norte … deve se provar um revés temporário", assinalou o FMI no relatório.

O FMI também manteve suas previsões para uma retomada no crescimento na zona do euro, apesar de a Grécia se mover cada vez mais perto de um calote e para uma saída do bloco de moeda única.

Os desenvolvimentos na Grécia não resultaram, até agora, em qualquer contágio significativo", disse o FMI. "Uma ação de política oportuna deve ajudar a gerenciar tais riscos se forem se materializar", disse o FMI.